

Negros em bailes de negros* : sociabilidade e ideologia racial no “meio negro” em Campinas (1950/1960)**

Maria Angelica Motta-Maués

*Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
– Universidade Federal do Pará*

RESUMO: Na história dos movimentos negros no Brasil, Campinas ocupa um lugar especial, como pioneira de uma imprensa negra que, ao lado das notas sociais e literárias, estampava nas páginas de *Getulino*, já na primeira década do século XX, o clamor dos negros contra uma sociedade que os excluía apenas por conta de sua cor. Tristemente conhecida como a cidade onde cinemas exibiam, junto com as “fitas”, placas proibindo a entrada de negros, lá também acabou por se constituir uma “elite de cor”, como modelo perfeito daquilo que alguém já denominou “puritanismo negro”. Tendo isso em vista, este trabalho pretende apresentar um painel do ideário e da vida social dessa elite que, entre as décadas de 50 e 60 do século XX, editava um jornal chamado *Hifen*, sub-intitulado “O traço de união da elite”, que se voltava mais para o problema racial fora do Brasil (nos Estados Unidos e África) e promovia seus incontáveis bailes, desfiles, convescotes, reuniões de arte etc., construindo, ao mesmo tempo, um perfil de negros “direitos”, que sabem se colocar, isolados dos outros negros, com quem, como os brancos em relação a eles, lutam para não se misturar.

PALAVRAS-CHAVE: negro, elite, cor, racismo, imprensa negra.

A cidade, seus personagens, seus eventos: e a questão racial?

Na história dos movimentos negros¹ no Brasil, Campinas (SP) ocupa um lugar especial como pioneira de uma imprensa negra que, ao lado das notas sociais e literárias, estampava nas páginas de *Getulino*,² já na primeira década do século XX, o clamor dos negros contra uma sociedade que os maltratava apenas por conta de sua cor. Tristemente conhecida na história da luta pelos direitos da população negra no Brasil como a cidade onde os cinemas exibiam, junto com as “fitas”, placas proibindo a entrada de negros, lá também acabou por se constituir uma “elite de cor” (Azevedo, 1955), como modelo perfeito daquilo que Florestan Fernandes denominou “puritanismo negro”.

Esta primeira observação sobre Campinas, universo a que se dirige meu olhar e o foco de minhas interpretações neste artigo, tem em mira dois propósitos: o primeiro é uma referência à história dos movimentos negros no Brasil, na qual esta cidade tem um lugar cativo e emblemático; o segundo (e vinculado a isso) consiste em registrar a crucial importância do papel desempenhado pela chamada “imprensa negra” (Bastide, 1973 [1953]; Fernandes, 1978 [1964, 1966]; Ferrara, 1986; Mitchel, 1977; Motta-Maués, 1991, 1995, 1997) na gênese e construção da luta dos negros no Brasil. Em estudo anteriormente realizado (Motta-Maués, 1997) com base em longa pesquisa documental (além de observação direta de situações e eventos, bem como coleta de depoimentos), pude acompanhar, “ouvindo” a letra dos registros discursivos como se fossem as falas de nossos informantes, o clima da exposição das primeiras idéias, das reuniões, da efervescência do desejo (da necessidade imperiosa) de “fazer alguma coisa”, que vem à tona muito especialmente neste momento, através dos pequenos jornais editados (por vezes em suas próprias casas) pelos militantes da primeira hora.

Comentando este início de atuação dos movimentos negros (pois, na verdade, é disso que se trata) no trabalho referido acima – minha tese de doutorado –, registro, de um lado, a atitude aparentemente contraditória daqueles negros que se reuniam no fim da tarde, ao final do trabalho (quando o conseguiam), na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, para pregar e organizar o movimento e, de outro, na mesma São Paulo e no mesmo momento, a atitude dessas mesmas personagens, porém em outro espaço próximo, a reclamar, indo em comissão até uma autoridade policial, o seu direito de, como os brancos “finos”, fazer o elegante “footing” da Rua Direita naquela ainda provinciana cidade do início dos anos 1930. Digo então que, derrubando a contradição, casam-se aí os dois propósitos da ação e da associação dos negros: a luta contra o preconceito e a discriminação de base racial, e o desejo de visibilidade (positiva) e de identificação com o mesmo grupo que lhes impunha, historicamente, aquela “condição”.

A reintrodução desse registro e de sua interpretação naquele estudo visa retomar a observação pontual que fiz mais acima, em que me refiro especificamente a Campinas, para, lembrando seu lugar na história dos movimentos negros e da produção jornalística da sua militância – lá surgiu o primeiro jornal, *O Bandeirante*, já em 1910, embora o mais lembrado seja *O Menelick*, de 1916 –, chamar atenção também para essa espécie de marca eivada de ambigüidades que carregam consigo (organizações e imprensa negras), e para uma continuidade dessa ideologia, a qual só será efetivamente, e com todas as letras, descartada pela militância dos anos 1970/80. E que o material do presente trabalho procura explorar, através de um veículo dos anos 60 (o jornal *Hifen*)³, o qual parece levar ao extremo um dos lados da moeda que considerei aqui com meu exemplo, referido linhas atrás. Devo esclarecer que o desenho do perfil, do estilo de vida e da forma de sua atualização (traduzida especialmente nas manifestações e registros de sua “vida social”), da elite

negra de Campinas é pautado e releva da farta informação contida nas páginas do jornal *Hifen*. O que foi, de certo modo, corroborado pela interessante etnografia de Barbosa (1983), a qual, estudando processos de socialização entre famílias negras em Campinas, nos permite ver, assim, uma espécie de “gênese” da construção desse perfil ao qual, evidentemente, só uma parte dos negros conseguiria corresponder. Sobre isso, é preciso atentarmos também para as distinções e hierarquias internas dos grupos (dos negros brasileiros, inclusive), o que não significa ou pode não significar, como sabemos todos, uma correspondência formal com os padrões de estilo de vida e gosto das elites *tout court*.

Tendo isso em vista, este artigo pretende apresentar um painel da vida social dessa elite (negra) que, entre as décadas de 1950 e 1960: (1) editava um jornal chamado *Hifen*, sub-intitulado “O traço de união da elite”; (2) identificava o problema racial como algo que ocorresse mais fora do Brasil do que aqui; e (3) promovia seus incontáveis bailes, desfiles, concursos de beleza, saraus, excursões, salões de arte etc., construindo, ao mesmo tempo, um perfil do negro “direito”, que sabe “se colocar”, isolado dos outros negros – aqueles que cabiam exatamente nos estereótipos negativos, tão recorrentes até hoje –, com quem não se mistura nem quer se misturar.

Para isso, divido o texto em três itens que compreendem, respectivamente, uma apresentação com informações detalhadas do enorme conjunto de eventos patrocinados e protagonizados pela elite negra de Campinas; em segundo lugar, uma indicação comentada e apresentada em contraponto ao conjunto anterior, referente às notícias ou registros sobre a questão racial, tal como aparecem no jornal em exame; e, finalmente, fechando o artigo, uma interpretação com base no material focalizado, considerando para isso, também, dois estudos que tratam, num caso, da existência histórica da discriminação racial naquela cidade (Maciel, 1987) e, no outro, da vida social das famílias negras em Cam-

pinas (Barbosa, 1983). Esses dois estudos foram fundamentais para sustentar minha leitura. O livro de Cleber Maciel chama atenção para a percepção e o registro de uma classificação social de cunho “racialista” (ou “racializada”), que, desde a escravidão e depois dela, dividia a população negra (ex-escrava) de Campinas em várias categorias de pessoas, e na qual já se pode perceber uma certa diferenciação entre seus componentes, o que sinaliza, já logo no pós-abolição, aquilo que, quase sessenta anos depois, vai se atualizar na existência de uma “elite negra” ciosa de seu estatuto e de suas prerrogativas como tal. No caso de Irene Barbosa,⁴ esta me permite lançar um olhar para além do jornal que examinei neste trabalho, possibilitando conhecer o perfil, a organização e, particularmente, os valores perseguidos, proclamados e que tentavam reiteradamente atualizar as famílias negras que essa autora conheceu e observou em Campinas.

De festa muito falam os negros: a movimentada (e elegante) vida social da elite negra em Campinas

Campinas é objeto de inúmeros relatos de casos concretos de atitudes racistas, perpetradas em seus estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, barbearias etc.), os quais, ou não atendiam negros, simplesmente, ou só o faziam em espaços determinados para eles (no fundo das lojas ou fora do salão principal), ou em horários não freqüentados pelos fregueses brancos. Como era o caso de barbearias, que atendiam os negros antes de abrir ao público para não “ofender” os clientes.⁵ Essa presença visível do racismo contra o negro *qua* negro, não mais o escravo ou o liberto – que já se via nas duas primeiras décadas do século XX (cf. particularmente Maciel, 1987), tal como será em São Paulo, especialmente a partir do começo dos anos 30, com o processo de industrializa-

ção (cf. Fernandes, 1978; Hasenbalg, 1979; Andrews, 1991), implica, por seu turno, em que Campinas seja também uma espécie de berço da luta negra na segunda metade do recém-passado século.

Por outro lado, dada a visibilidade ostensiva da discriminação racial em Campinas, é deveras significativo – inclusive enquanto termômetro indicador de uma leitura enviesada da questão – que o jornal *Hifen* apresente o negro vivendo (apenas) uma situação amena e próspera. Pelo menos, é essa a impressão que fica do farto noticiário de festas, comemorações, desfiles de *misses*, convescotes, regras de etiqueta, receitas de pratos finos, conselhos de moda, notícias sobre cinema, rádio etc. Esse tipo de matéria era tão predominante (para não dizer exclusiva) nas páginas do jornal, que a um leitor que por acaso não conhecesse a situação racial brasileira, poderia parecer que o país era um verdadeiro paraíso racial.⁶

Salta aos olhos no noticiário a representatividade numérica das festas dançantes – classificadas ali nas categorias festas, saraus e bailes –, as quais, segundo as notícias, realizavam-se semanalmente (saraus dançantes), ou mensalmente, ou em datas e quadras comemorativas (Carnaval, Dia do Trabalhador, Dia da Abolição, Dia “da Mãe”, Quadra Junina, Natal, Ano Novo, Aniversário do Clube etc.).

Essas reuniões festivas tinham lugar nos salões e eram patrocinadas por dois grandes clubes negros campineiros: o Clube Nove de Julho e o Elo Clube, e reuniam a “melhor sociedade campineira”. Elas contavam ainda, muitas vezes, com a participação (sempre noticiada) de “caravanas” vindas de outras cidades do “interior paulista” – organizadas por representantes de entidades, clubes e jornais da gente negra de cada uma delas – e também da gente da capital que desfrutava, na ocasião, de uma temporada na “Princesa do Oeste”, designativo elogioso usado para a cidade de Campinas.

A longa lista desses encontros dançantes incluía os seguintes: Baile dos Veteranos; Baile das Rainhas; Baile do Mambo; Baile dos Penteados; Sarau do Sweter [*sic*]; Tarde Dançante “Aguilha de Ouro” (com desfile de modas, de “25 senhoritas de nossa sociedade”); Festa Americana (ao som de hi-fi⁷, em vez de orquestra ou conjunto); Baile da Elegância (com escolha “dos 10 e das 10 mais elegantes freqüentadores do clube”); Baile da Aleluia; Baile do Rock’n Roll (organizado, em Campinas, por um clube da capital); Festa da Mãe do Ano (no “Dia da Mãe” [*sic*], com eleição da “Mãe do Ano”); Baile do Perfume; Baile “Uma Noite de Maio”; Festa dos Brotos; Baile “Noite de Natal”; Baile da Pérola Negra; Baile de Coroação da Jóia d’Ébano [*sic*]; Festa do “Desfile Bossa Nova”; Baile Esporte (com traje esporte obrigatório). São, portanto, vinte tipos de bailes, dos quais, pelo menos alguns deles, de acordo com a forma de comentá-los, realizaram-se com certa continuidade. Estão neste caso os bailes: das Rainhas, dos Veteranos, da Pérola Negra, da Jóia d’Ébano, e as festas da Mãe do Ano e Americana.

O Baile dos Veteranos visava a reunião de senhores e senhoras (só podiam participar pessoas com mais de quarenta anos) para juntos recordarem o passado. O que se dava ao pé da letra, durante a festa, através dos relatos públicos feitos no seu decorrer por alguns dos participantes. E, a julgar pelo discurso proferido por um antigo militante durante a realização do segundo Baile, os veteranos o fazem esquecendo, porém, o que não é bom recordar – as práticas discriminatórias da cidade. No discurso, é como se todos vivessem (tivessem vivido) num mar de rosas:

Campinas cresceu. Campinas ganhou o espaço pelos tentáculos de aço de seus edifícios modernos. Mas o nosso pensamento, a nossa lembrança, reproduz, fielmente, nas antecamaras da nossa alma. A Campinas dos velhos

tempos, a Campinas romântica do casario, vetusto, a Campinas boêmia dos trovadores e dos seresteiros, a Campinas sonhadora das serenatas noturnas, a Campinas divina cuja imagem o passado não conseguiu apagar do nosso coração ...

Revivemos, hoje, essa Campinas que o tempo levou no sentido cronológico do calendário, mas que ficou, para sempre, eternamente, no absconso da nossa recordação. (*Hifên*, ano I, junho de 1960, n. 8, p. 4)⁸

O Baile das Rainhas, realizado no “Ginásium do Club Campineiro de Regatas e Natação” – cuja sede, até os anos setenta pelo menos, era alugada para festas promovidas por entidades negras,⁹ teve como atração, segundo o jornal, “as diversas jovens que até aqui receberam o título de ‘Rainha’ de diferentes entidades, desfilando suas elegâncias numa só noite”. Apresentou, ainda, em seqüência, a primeira “Rainha do C.C.C.S.”, ao lado da eleita naquele ano (1960), desfilando juntas, seguidas, por ordem de apresentação, da “Rainha da Primavera”,¹⁰ de 1954-55, da “Pérola Negra de Campinas”, da “Miss Bossa-Nova”¹¹ (escolhida em festa do mesmo nome), da “Jóia d’Ébano” e, por último, da “Rainha do Elo Clube”, organizador do Baile.

É bom lembrar que entre os meados das décadas de 1950 e 1960, no que se refere ao país e ao mundo, como um todo, este é o momento mais efervescente dos desfiles de “*Misses*” e “Rainhas” (Miss Brasil, Miss Elegante Bangu, Miss Universo, Miss Beleza Internacional, Miss Mundo), e do chamado colunismo social, que ajudava a promover e divulgar esses eventos. Penso que são, na verdade, os ecos dessa movimentação social que chegavam ao meio negro de Campinas, inspirando aquela elite negra na sua busca por padrões de conduta que a identificassem como tal.

A notícia sobre o Baile da Pérola Negra informa sobre ele e mais outros dois:

Depois de muitas marchas, eis que soubemos, através de dna. Laudelina de Campos Melo¹²... a realização do Ilo. Baile da Pérola Negra...

Neste fim de ano, realizar-se-á [*sic*], dois marcantes acontecimentos: a coroação da Jóia do Ébano, pelo Clube Nove de Julho e a da IIa. Rainha do Elo.

São portanto três, as realizações da gente de cor em Campinas neste exíguo espaço – 6 meses – de tempo. (*Hifen*, ano I, julho de 1960, n. 9, p. 3)

Na voz mesmo da “gente de cor” de Campinas, o reconhecimento e a euforia pelo porte e número das promoções em tão curto espaço de tempo.

A continuidade e importância crescentes do último evento citado (Baile da Rainha do Elo) podem ser percebidas, por exemplo, através de matérias da coluna que o clube mantinha no jornal, em que aparecem informações como as que se seguem:

Já estamos nos preparando para a coroação da nossa rainha deste ano.

Algumas das nossas associadas já fizeram inscrição nesse sentido.

Devemos informar a todas senhoritas que para este ano os prêmios serão os melhores sendo que a rainha receberá uma viagem ao Rio de Janeiro, com todas as despesas pagas pelo espaço de uma semana, além do reembolso da importância gasta para confecção do vestido com que a mesma se apresentar no dia da coroação. (*Hifen*, ano I, abril de 1960, n. 6, p. 6)

O prêmio a que faria jus a rainha diz bem do perfil do clube e, por extensão, do meio negro campineiro que o patrocinava e freqüentava. Este meio, ainda que lutando para se identificar com um certo culto (paulistano) à tradição, queria também se abrir ao cosmopolitismo e, porque não dizer, a uma espécie de modismo, característicos do Rio. Ou, como diziam os colunistas sociais de Campinas, imitando, ao que

parece, Ibrahim Sued, o mais famoso colunista social carioca, queria “acontecer”.¹³

Por outro lado, através das notícias sobre a escolha e coroação da Jóia d’Ébano, pode-se ter idéia do lugar que ocupavam essas realizações e do empenho dispensado a elas. É assim que a escolha da “Jóia” desdobrava-se em três etapas, o que significava a realização de três festas, com eventos especiais para a preparação e execução de cada uma delas. Primeiro, um coquetel em que as candidatas ao título “desfilaram elegantemente”. Em seguida, o “Baile da Primeira Apuração”, com novo desfile, agora para escolha das cinco finalistas. Por último, o baile da escolha final da “Jóia d’Ébano”.

No “Baile da Apuração”, a elegância imperava, a julgar pela extensa e minuciosa descrição do colunista, da qual vão os trechos abaixo:

A mais aplaudida, Rita M. da Silva, em tecido fail, mostrou-nos um modelo em cor verde, meio tonado, especial para serões primaveris... Marli Mendonça, a de olhar distante, em tecidos Grace Kelly, apresentou-se com um modelo Coquetel de Gala. Celia Paiva, com um belo penteado, esteve com um modelo também próprio para “soirées” de gala, em tecido cordoné de seda... (*Hifên*, ano I, setembro de 1960, n. 11, p. 4)

Entretanto não bastavam beleza e elegância para ser uma “Jóia d’Ébano” e, assim, as cinco finalistas só saíram “após um minucioso exame cultural das candidatas (...)”, e sua avaliação pela comissão julgadora “(...) formada por pessoas estranhas às candidatas”. O que não impediu alguns protestos, não apoiados pelo jornal, que afirma “(...) qualquer uma delas se eleitas ‘Jóia de Ébano’ saberão representar condignamente, a graça, beleza, cultura, elegância e simpatia da mulher negra de Campinas” (*ibid.*, pp. 5 e 6).

Pena que não possamos, eu e você, leitor, conhecer a vencedora anunciada para constar do número de outubro de *Hifen*. Como não me foi possível localizar tal exemplar (que, aliás, talvez nem exista mais), perdemos, através dele, o esperado “Baile da Escolha Final da Jóia d’Ébano”, abrilhantado, “pela Orquestra Bossa Nova de Huguinho da vizinha cidade de Amparo”, como anuncia o número supracitado. Ficam-nos, porém, um conjunto de elementos a sinalizar, passados quase cinquenta anos, a força da luta, e, porque não dizer, o “charme” de uma comunidade negra, a qual, forjada a duras penas num espaço extremamente adverso, consegue – quaisquer que sejam as restrições à sua postura – afirmar-se, mesmo que nos moldes de seus detratores (que outro espelho tinha ela afinal?). E, seja lá que os imitando, o faz encaixando nos modelos pré-estabelecidos, negras mulheres – Pérolas Negras; Jóias de Ébano – a apresentar para sua gente um espelho positivo (?) onde pudesse olhar e se reconhecer sem baixar a cabeça.¹⁴

Entretanto, tal como já se dera nas décadas de 20 e 30 e, mais tarde, quase ao final dos anos 40, até meados da década de 50 do XX, a idéia estereotipada do “gosto” dos negros pelas festas – que as próprias lideranças, através das associações que dirigiam, patrocinavam – e a frequência a elas vão ser de novo criticadas veementemente.

Tudo isso que chamo de “crítica” e mostro no discurso das lideranças e/ou da imprensa negra de vários matizes e momentos diz respeito, segundo penso, à recorrente relação entre a atividade propriamente política (ou assim especificamente considerada), traduzida em arregimentação de adeptos para a causa negra, reuniões, edição de jornais, manifestações públicas e aquela outra (ou assim pensada) voltada para a sociabilidade, o divertimento, a festa em diversas versões, que, aliás, sempre esteve presente na história e no desempenho das entidades de movimento negro – embora, obviamente, não seja algo exclusivo dele. O que

mudava era a interpretação ou a possibilidade de leitura disso. Para descendentes de africanos recém-saídos da escravidão, a idéia do “mau uso” da liberdade (traduzida na fuga ao trabalho, abuso da bebida, gosto pela dança – a “vadiagem” enfim) estava sempre presente como que os perseguindo e era dessas representações negativas, estigmatizadoras de que queriam suas lideranças livrá-los. Quando, por exemplo, nos anos 30, pregavam o abandono das gafieiras e o uso diurno da sede da Frente Negra para a realização de aulas de alfabetização e corte e costura; ou nos anos 40, quando se juntava, no mesmo espaço (em horários diferentes) os ensaios do Teatro Experimental do Negro e, novamente, a alfabetização; ou, já mesmo na diferente e especial retomada da luta no final dos anos 70, quando se criticava aqueles que participavam dos festivais político-culturais (denominados FECONEZU – Festival Comunitário Negro Zumbi) que tanto se realizaram em várias cidades paulistas, dizendo que eram só “curtição”. Críticas, chamadas de atenção essas que, mesmo já tão distantes da “abolição”, continuam firmes no discurso das lideranças negras, como mostro fartamente em trabalho já aqui referido (Motta-Maués, 1997).

Retomando o jornal em exame neste artigo, no mesmo número que noticia e comenta, elogiosamente, o Baile da Jóia de Ébano, o Baile dos Veteranos, o Baile Esporte, a Festa Americana e o Desfile Bossa-Nova, Luís Carlos S. Paiva (que era também Assistente de Direção do Jornal), na sua habitual coluna “Meu Comentário”, chama atenção da comunidade negra:

Os bailes e as festas, ultimamente, têm acontecido mais freqüentes e com êxito em nossos meios. Ninguém quer perder uma siquer!

Há dois anos atrás, chegava-se a ouvir reclamos pela escassês desses programas sociais.

Não havia clubes e as festas se sucediam de quando em quando...

Talvez, de tanto falarem, surgiu o Elo Clube, posteriormente o Clube Nove de Julho e a Cofen, isto sem falar outros grupos promovedores.

E, então, eis que aquela monotonia exasperante, passou a ser substituída por um frenesi de acontecimentos.

São bailes com todos os nomes imagináveis, festas americanas aqui que acontecem à beça (*Hifen*, ano I, setembro de 1960, n. 11, contra-capá)

Depois deste “histórico” do movimento social da cidade, o colunista passa a questionar a situação que se formara, ao mesmo tempo apontando as conseqüências indesejáveis que o “frenesi” estava provocando, de acordo com sua visão das coisas. Começa por perguntar:

Porém, estavam os nossos jovens devidamente preparados psicologicamente para que tal se desse?

Os resultados aí estão...

Dizem a boca pequena nos quatro cantos da cidade, que a maioria dos jovens que freqüentam as sociedades, não são considerados como bons-partidos... E os rapazes consideram ser uma proeza difícil, encontrar uma garota que já não tenha tido ‘flirt’ com uma variedade deles, logo perguntam: Confiar como? (*ibid.*)

Até os casamentos perigavam, segundo a coluna, para os “jovens casais... devido a esta influência maléfica e avassaladora”, uma vez que “As brigas e desavenças sucedem cada vez mais amiúde, e o resultado é quase sempre a separação”.

E, depois de mais comentários semelhantes, conclui:

Portanto, é necessário, para que não se comprometa ainda mais a moral (que está baixa!), revolucionar o pensamento e as atitudes procurando divertir-se com intenção mais sadia. A malícia que ainda impera, tem que

ser extinguida para o bem de todos. (*Hifen*; ano I, setembro de 1960, n. II, contra-capá)

O discurso – e o pensamento que este encerra – do qual dei uma boa amostra acima se repete no jornal de forma mais ou menos expressiva, em outras colunas (de números diferentes), numa das quais dividindo espaço com o anúncio de mais uma “Comissão” promotora de festas. É o que se vê na coluna “Panorama do Nove de Julho” em que os representantes do jornal congratulam-se com o Clube: “Mais uma vez, meus parabéns ao clube por ter substituído o concurso de danças que tinha lugar as quartas feiras, pelo concurso de Perguntas e Respostas”. E, ao mesmo tempo, anunciam: “(...) a criação da COFIB – Comissão Organizadora de Festas Independente do Bonfim, a qual brevemente realizará o ‘Coquetel de Amigos’.” (*Hifen*, ano I; julho de 1960, n. 9, p. 8).¹⁵

Aliás, opinião ou leitura semelhante, agora sobre o carnaval, é a que é feita através de uma transcrição do “Almanaque d’O Pensamento”. Em duas meias colunas, o pequeno artigo transcrito, explica didaticamente a origem (religiosa) da festa e suas transformações ao longo do tempo, vistas como “degeneração” do antigo costume cristão de divertir-se antes do recolhimento próprio do período da quaresma. Aqui, na referência aos antigos, que “se confraternizavam e unificavam durante o seu carnaval, e se abstinham de carne e jejuavam, a fim de se purificarem e prepararem para a solenidade do culto aos deuses e heróis divinos”, o contraponto e a repreensão aos que hoje “(...) lhes conservam a tradição, porém para cultuar a si mesmos e dar expansão aos seus instintos, recalques e complexos, e não a deuses e heróis” (*Hifen*, ano I, fevereiro de 1960, n. 4, p. 6).

A reprimenda do jornal sinaliza muito bem o fato de que, no discurso das elites negras – especialmente aquelas ligadas às entidades do movimento no Rio nas décadas de 40 e 50, mas também, com menor ênfase

se, entre os velhos lutadores de São Paulo –, termos como instintos, recalques, complexos, sempre foram usados em referência aos negros. Usados para falar das marcas (estigmas, no sentido de Goffman), de séculos de escravidão ou daquelas que sua própria origem (africana), segundo tais leituras, imprimia neles.

Nesse sentido (e em muitos outros), penso que existe, desde os idos da década de 1930, uma outra espécie de continuidade em tratar certas manifestações populares (leia-se, também associadas a negros), como coisas perniciosas, verdadeiros empecilhos à elevação moral dos indivíduos – meta primordial dos primeiros movimentos negros. Junto com isso, numa verdadeira atitude pedagógica – aquela que alia o ensinamento à ação concreta e ao exemplo – as elites negras apresentavam, promoviam, concretamente, e participavam, enquanto também componentes do meio negro, de eventos que eram verdadeiras alternativas às manifestações mal vistas que combatiam.

Era assim nos anos 30, com os bailes sendo precedidos de sessões lítero-musicais, que incluíam declamações de poesias, números de piano, canto, oratória etc.; com as “domingueiras” da Frente Negra, algo como um convescote político-lítero-musical, na sua sede; e, nos anos 40 e 50, com as Convenções e Congressos, com a atividade teatral, com os concursos da “Rainha das Mulatas” e da “Boneca de Pixe” no Rio, ou com as mesmas tradicionais festas e comemorações cívicas, ou as campanhas da sede própria (para a Associação do Negro Brasileiro) e da casa própria (para cada negro), da militância paulista.

Foi assim, como dizia, em Campinas (e em São Paulo de um modo geral), nos anos 60 do XX, a julgar pelas notícias do jornal em exame. Estas, como vemos, referiam uma série bastante representativa de eventos sociais elegantes e bem postos, a igualar a “coletividade negra” das inúmeras cidades paulistas citadas, no noticiário, à mais fina sociedade paulistana. Típicas “festas de branco” eram todas aquelas já comentadas

ou simplesmente nominadas aqui. Festas que ocupavam, certamente, boa parte do tempo, do empenho, da capacidade de organização, do trabalho, e dos recursos do meio negro campineiro e, quiçá, de muitas outras cidades, tantas vezes mencionadas, com seus clubes e bailes, pelo jornal. A testemunhar, assim, junto com a intensidade da vida social – nesse sentido mais restrito aqui referido – também uma certa condição social, traduzida em recursos financeiros para bancar, afinal, o patrocínio e a participação em tanta festa, desfile, coroação, sarau, aniversário, boda, convescote, viagem, coquetel, cujo calendário e imagens *Hifen* tão fartamente reproduz.

Só para se ter uma idéia do que estou dizendo, num “Relatório da Directoria” do Elo Clube, que *Hifen* publica (julho de 1962, p. 3), pode-se ver que, entre junho de 1959 e abril de 1960 (no intervalo de dez meses, portanto), realizaram-se trinta saraus e nove bailes; o que rende a média de quase um baile e de exatos três saraus por mês.

Se acrescentarmos, a esse quadro, as notícias saídas a cada número, sobre moda: “Estão em evidência as lãs leves, o ‘tweed’, os Príncipes de Galles, o xadrês interpretado em tôdas as côres, sobretudo o xadrês prêto e branco” (*Hifen*, julho de 1962, p. 2). Sobre a arte de bem receber: “Em um almoço para convidados apresente, em primeiro lugar, o coquetel acompanhado de salgadinhos leves; a seguir o primeiro prato ligeiro; o segundo deve ser de carne e o terceiro poderá ser de aves ou de legumes. Como sobremesa: bolos, compotas, pudins, frutas, café ou licores (...)” (*Hifen*, ano II, dezembro de 1960, n. 14). Sobre música: “Angela Maria gravou a música ‘La Violetera’, música velha mas sempre nova, nota-se que Angela não canta um castelhano correto, mas dá até para passar. Cotação (B)” (*Hifen*, ano I, fevereiro de 1960, n. 4). Sobre “Sétima Arte”: “Harri [*sic*] Bellafonte é um dos mais importantes produtores de Hollywood. Harri é o mesmo astro que apareceu em ‘Carmem Jones’.” (*Hifen*, ano III, janeiro de 1962, n. 27). E outras semelhantes,

distribuídas em uma série de colunas que tinham títulos como “Notas Sociais” ou “Rapsódia Social”, “Recanto Feminino” ou “Coluna Feminina”, “Meu Comentário”, “O que eu Penso”, “Literatura”, “Passa-Tempo”, “Aniversariante do Mês”, “Elo Clube”, “Panorama do Nove de Julho”, “Esportes” etc., que constituíam, como já disse antes, o grosso da matéria do jornal. Se considerarmos tudo isso, sobrava muito pouco espaço para as outras matérias – artigos, pequenos contos, poesias e, nesse rol, escassas notícias sobre a questão do negro no Brasil, nos Estados Unidos e na África. Aliás, muito menos no Brasil, e mais nos outros dois países.

Mesmo assim, de alguma forma, o jornal sinaliza coisas sobre aqueles negros “finos” que promoviam festas e desfiles elegantes, que ensinavam receitas culinárias sofisticadas e se vestiam com tecidos da moda (de acordo com as tendências e a estação do ano), que elegiam “*misses*” da beleza ou da elegância, no mesmo estilo do “café soçaité” carioca – dentro de seus limites, obviamente – e, mais do que tudo, que designavam a si mesmos como “elite negra”. Idéia, aliás, que o subtítulo do jornal expressava ao se apresentar como “o traço de união da elite”.

Campinas e seus “negros finos”: histórias, estilos e leituras da questão racial

Na leitura que faço aqui, duas coisas chamam atenção no perfil dessa elite negra: sua posição frente ao seu próprio meio social e sua postura diante da situação racial brasileira. No primeiro caso, e a julgar pelo discurso reproduzido no jornal, tudo se passa como se Campinas fosse uma cidade de negros, sem brancos. Diferentemente da imprensa negra de outros períodos, particularmente dos anos 1930, o jornal do meio negro, da Campinas da década de 1960, apenas duas vezes se refere, expli-

citamente, a situações de discriminação racial atingindo negros. Mesmo assim, só uma das notícias se refere à própria cidade de Campinas. E aí ficamos sabendo que, além de branca, a outra parte dos habitantes da cidade era, ou dentro dela estavam, também, os donos das fábricas onde os negros procuravam trabalho.

O segundo fato indicado acima traduz-se, paradoxalmente, na ausência, em relação ao Brasil, e na representatividade, ou pelo menos no registro (comparativamente falando), das notícias sobre a questão racial envolvendo as comunidades negras de vários locais dos Estados Unidos e da África. Nesse sentido, é quase como se o problema existisse apenas fora do Brasil. Em duas únicas vezes o problema racial do Brasil é mencionado: no primeiro caso, sob o sugestivo título “Aqui é como nos EE.UU”, o articulista relata o episódio da recusa da simples candidatura ao emprego, a duas jovens negras (uma das quais sua irmã), na indústria de tecidos (Tecidos Pluma S.A.). A encarregada das fichas de inscrições recusou-se a entregá-las explicando, como fizera antes o porteiro, que: “A fábrica, desde a sua formação, não aceita pessoas de côr”. O que, aliás, implica no reconhecimento verbal explícito de algo – a discriminação, o prejuízo do direito de alguém, em razão de sua “cor” – em que a tradição brasileira nesse campo específico das relações raciais dita justamente o contrário.

A reação do jornalista é interessante para vermos: (1) a imagem idealizada da cidade: “Campinas, terra das grandes tradições, que prima em ser uma das cidades mais culturais do país”; (2) a visão tradicional do racismo entre nós: “Também ainda tem, dentro de si, estabelecimentos com a Pluma S.A., que se nega a deixar o negro mostrar sua pujança”; (3) o sentimento em relação e a imagem dos que “ainda discriminam”, “pena destes que assim agem”, “espíritos materialistas, ateus, disfarçados em homens cristãos”; e (4) na ameaça, o encaminhamento moderno do problema para, logo a seguir, o retorno à leitura “brasileira”: “já estamos

a caminho dos tribunais de justiça através de HÍFEN, coerente com um dos nossos ideais: combater o racismo” e “aguardarei confiante a lei Divina – amai-vos uns aos outros – porque esta tarda mas não falha (...)” (*Hífen*, ano I, fevereiro de 1960).

A outra notícia aparece em 1962, dois anos depois da primeira, portanto, e tendo entre elas sete números do jornal, nos quais não há qualquer referência a um problema negro no Brasil. O objeto desta notícia é um caso de discriminação racial ocorrido em São Paulo e traduzido na versão talvez mais recorrente desse tipo de fato: a recusa ao recebimento da pessoa em um estabelecimento público qualquer, precedida de uma informação incorreta sobre falta de vagas, de acomodações etc.

Sob o título “Discriminação Racial: Hotéis burlam a Lei Afonso Arinos”¹⁶ o jornal relata o caso de uma jovem que, chegando a S. Paulo e desejando hospedar-se, “teve as portas dos hotéis fechadas para si, recebendo em cada balcão a desculpa mais tola antes da negativa de hospedagem (...)”. A “*colored*”, como chama o jornal, disse em seu depoimento (à polícia) que empreendeu, “uma verdadeira via crucis” através de oito hotéis (citados nominalmente na notícia), para se ver recusada em todos eles, após o que “decidiu registrar queixa no Departamento de Ordem Política e Social (...)” (*Hífen*, ano III, janeiro de 1962, n. 27, contra-capá).

O tom formal, e de certo modo tutelar, das notícias referidas serve bem de medida para se ter uma idéia do modo como o jornal tratava – seria melhor dizer não tratava – a questão da população negra no Brasil ou, mais especificamente, em São Paulo e Campinas. A postura era diferente não só daquela da militância da primeira hora dos anos 1930 em São Paulo, mas, mais ainda, dos precursores campineiros dos anos 1920 com seu *Getulino*. A militância paulista da “Voz da Raça” se, de um lado, reivindicava já um *status* de elite negra com seus afamados bailes, concursos, festas de debutantes etc., fartamente noticiados no seu jornal, de

outro reclamava, com todas as letras, da situação desigual imposta ao negro pelo mundo branco, no qual, aliás, o meio que o jornal representava não parecia fazer questão de entrar. Agora, parece que temos outro modelo de percepção da situação racial em que o elã pelo *status* sobrepuja o olhar para a desigualdade, certamente vivida pela grande (?) maioria que não “acontecia” nos eventos sociais da gente negra campineira.

Nesse sentido, para pensar sobre o perfil dessa “elite de cor” e suas representações a respeito da situação racial, dois autores que tratam, especificamente, sobre o negro em Campinas, poderão ajudar com seus dados e observações. O estudo de Cleber Maciel da Silva (1987), apesar de tratar de um período que vai de 1888 a 1921, apresenta uma interessante classificação dos negros, a partir de elementos recorrentemente encontrados nos jornais da chamada “grande imprensa” de Campinas (branca, portanto). Essa “classificação”, como chamo aqui, incluía: “homens de cor”, “brasileiros negros”, “mulatos”, “pardos” e “mestiços” e, ainda, “pretos” e “pretas”. De todas essas categorias, a que parece se ajustar a uma designação de “elite” – na forma usada para se autodesignar pelos negros de Campinas, focalizados neste trabalho – é “homens de cor (...). Aqueles que pareciam melhor situados na escala socioeconômica e que, em decorrência desse fato, eram reconhecidos como pessoas de bem. Ou aqueles que, mesmo pobres, tinham trabalho e moradia conhecidos, de tal forma que lhes era, pelo menos, assegurado o uso do título da nacionalidade brasileira” (Maciel, 1987, pp. 70-71).

Outro estudo, de Irene Barbosa (1983), embora diferindo no período de tempo estudado e no tema privilegiado, guarda uma espécie de continuidade com o de Maciel no tocante ao perfil do meio negro campinense, particularmente do grupo também rotulado por essa autora como “elite” – aliás, segundo a autora, a partir de uma autodesignação feita pelos próprios negros. Barbosa afirma que o perfil das famílias negras “organizadas” que estudou se aproxima “dos padrões das famílias

brancas de classe média e dá os elementos com os quais essa população negra se autocalifica de elite, cuja característica mais importante é o cultivo da respeitabilidade”, o que “ocorre dentro de um estilo puritano de vida”. Nesse ponto, a autora se vale das palavras de outros estudiosos da questão racial, a saber, O. Ianni e F. H. Cardoso, para sintetizar o perfil dessa elite negra, dizendo que este “é dado pelo negro que não bebe, não joga, combate a vida boêmia, é rigorosamente honesto e cumpridor de seus deveres, mantém a família organizada etc. (...)” (Barbosa, 1983, pp. 44-45).

Como se pode ver, apesar de Maciel estar falando do negro das duas primeiras décadas do século XX e Barbosa daquele das décadas de 60/70, os “homens de cor” de um autor e a “elite”, da outra, acabam por traduzir praticamente o mesmo grupo. Que, aliás, no caso desta última designação, coincide com o que considero aqui e, pelo menos, estava no ideal traduzido nas páginas do jornal de Campinas dos anos 1960.

Além disso, no tocante a certa frieza e formalidade das próprias notícias, parece já começar a se ensaiar aí, ainda que em forma muito embrionária, uma postura atribuída mais tarde, já no início dos anos 1980, aos grupos organizadores e dirigentes do movimento negro. Postura que se atualizaria por um distanciamento entre uma elite negra, pensante e dirigente (mesmo que de perfil e postura diferentes), de reduzidos quadros, e uma grande, indiferenciada e indiferente massa negra, a quem o movimento não atingia. Dessa forma e sinalizando o contraponto possível em relação ao debate dos anos 70/80, em que essa distância elite/massa – que examino exaustivamente, em estudo já referido (Motta-Maués, 1997) – é fartamente posta/reclamada pela militância em todos os fóruns, inclusive (de novo) a imprensa negra, posso dizer que tal postura diferia não só daquela da militância dos anos 30, em São Paulo, mas, mais ainda, da dos precursores campinenses dos anos 20, em seu *Getulino*. No caso dos “negros finos” da Campinas dos anos 50/60, se,

de um lado, como já mencionei antes, estes reivindicavam já um estatuto de elite negra com seus afamados bailes, concursos, festas de debutantes e outras promoções e eventos sociais fartamente noticiados no seu jornal, de outro, reclamavam, com todas as letras, da situação desigual imposta ao negro pelo mundo do branco, no qual, aliás, os componentes do meio que o jornal representava não parecia fazer questão de entrar. Agora, para os que editavam “o traço de união da elite” (que, só para lembrar, era o subtítulo de *Hifen*) e para os que desfilavam em suas páginas, parece que temos outro modelo informando a percepção da situação racial, em que o *élan* pelo *status* sobrepuja o olhar para a desigualdade, certamente vivida pela maioria que não “acontecia” nas *soirées* elegantes.

No caso do meio negro de Campinas referido aqui, não se pode dizer que a questão da distância entre elite e massa, como aponto acima, se coloque de forma evidente como aquela que, quase vinte anos mais tarde, será tão contundentemente condenada através da imprensa negra, a qual retomava sua voz e sua vez. A diferença vai por conta da própria dimensão da comunidade negra daquela cidade e, nesse sentido, da repercussão e da ressonância que suas ações políticas pudessem ter. Na verdade, isso não era historicamente possível considerando, entre outros fatores, a dimensão, a representatividade, a visibilidade da militância e, imbricadamente, das próprias entidades, do próprio movimento negro e sua capacidade concreta de arregimentação e efetivação da luta pública contra o que, a essa altura (no final dos anos 1970) vai ser definido explicitamente como racismo. Tudo isso fazendo parte do conjunto da mobilização política mais geral da sociedade brasileira que começava, toda ela, a poder reagir após longo silêncio que mais de duas décadas de ditadura militar impuseram, muito embora a distância referida, mais nítida e significativa (politicamente falando) para o movimento negro dos anos 70/80, relevasse de uma desmobilização – para não

dizer desinteresse – em relação à causa (Motta-Maués, 1997). Que a tantos atingira com seu chamado nos 20/30 mas, ao que parece, arrefecera nas tentativas dos anos 40/50, no Rio particularmente e, nos 60, em Campinas, de certo modo pelo feitio elitista e/ou mais pretensamente intelectualizado que o movimento assumia. E que no seu retorno à massa negra ou seu privilegiamento, proposta radical que juntava raça & classe, da aguerrida militância que lançava o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, ainda precisava de tempo (mais duas décadas) para, razoavelmente, minimamente, atualizar – ou começar a fazê-lo.

De qualquer modo, creio que se pode dizer que, ainda que guardadas as sempre devidas proporções, não se deve desconsiderar esse dado sobre os negros campineiros, pois ele não só sinaliza um elemento crucial para apreender o traço, talvez, mais característico de suas idéias e de suas práticas sociais, como também, permite construir uma continuidade na caracterização das lideranças negras, que se coloca, pelo menos, desde a década de 1940. Quando elas próprias invocavam para si aquele *status* – de elite.

Para finalizar – e lembrando o que digo no trabalho que venho referindo, mostrando o que, por sua vez, dizia um estudioso dos movimentos negros, ao considerar mais amplamente as elites negras dos anos 60, cujos representantes não eram propriamente os intelectuais/militantes, mas, uma “small but growing ‘elite negra’ of white collar professionals and clerical of service works” (Hanchard, 1994, p. 109) –, quero ressaltar o perfil da elite negra atuante nos anos 1960 em Campinas.¹⁷ E dizer que, embora os dois estudos com que dialogo neste trabalho (Maciel, 1987; Barbosa, 1983) não façam referência, com todas as letras e do mesmo modo que faço – sempre foi bastante conhecida e comentada no meio negro paulista e campinense, em particular, a existência de uma representativa, mesmo que não numerosa, camada negra bem situada socialmente e cultivadora de padrões marcadamente tradicionais de

comportamento, guardando uma distância, ciosamente mantida, entre ela mesma e os outros negros, a ponto de atualizar um sistema rígido de evitação – para dizer o mínimo – como o que separa brancos e negros.¹⁸ Traduzido, por exemplo, na proibição ou, pelo menos, no forte desencorajamento de relações de namoro e casamento entre pessoas de um grupo e outro. O que certamente remonta aos idos de 1960, quando um estilo “elegante” de vida já se colocava como o modelo almejado e, em boa medida (de alguma forma) atualizado, por certo meio negro. Meio esse que, junto com (como nos anos 1940/50), ou mais distante (como nos anos 30) da promoção e participação na atividade política para defender os direitos da “raça”, também desejava, pretendia para si, as prerrogativas ou, ao menos, certa aproximação ou reprodução do estilo e do *glamour* (seja lá qual fosse sua tradução) da vida dos brancos bem postos na vida. O que este artigo, tendo seu foco, mais pontualmente, em um jornal negro e no grupo negro que o editava (e nele elegantemente pontificava), buscou considerar e interpretar sociologicamente, pretendendo assim compreender, mais amplamente, certas especificidades de nosso também especial sistema de relações raciais – tal como assim o pensamos.

Notas

* Este título é uma referência ao artigo de Renato Jardim Moreira, “Branco em Bailes de Negros” (Moreira, 1956), para salientar aqui a situação particular de Campinas.

** Agradeço aos pareceristas anônimos pelo exame e sugestões feitos a meu texto.

¹ Quero dizer que uso o termo negro, neste artigo, sem aspas, para utilizar a forma usual como se referem, no Brasil, a si e a seus movimentos, os descendentes de africanos que são, como digo, “politicamente negros”. Ou seja, que, até mesmo não sendo reconhecidos socialmente como tal, se auto-identificam assim.

- ² O jornal *Getulino* circulou em Campinas de 1919 a 1924 e era dirigido pelo jornalista Gervásio de Moraes e pelo escritor e poeta Lino Guedes.
- ³ O jornal *Hifen*, cujos exemplares consultei, saiu, segundo registro próprio de pesquisa – o qual confere com o de Ferrara (1986) que estudou a imprensa negra paulista entre 1915 e 1963 – no período de 1960 a 1962. Em minha pesquisa para a tese de doutorado só o encontrei, apesar do rastreamento feito nas bibliotecas do Rio e de São Paulo, na coleção particular de José Correia Leite (a mais importante figura do movimento negro paulista dos anos 20 e 30), constante de oito exemplares para 1960 e dois para 1962, sendo um deles incompleto (com apenas duas páginas). Desse modo, e considerando a curta existência do jornal – além da conhecida intermitência na publicação desses periódicos –, apesar do que pode parecer, nove exemplares (mais um incompleto) é algo representativo para um jornal da imprensa negra.
- ⁴ Trata-se, num caso e noutro, de dissertações de mestrado publicadas como livros, a primeira em História e a segunda em Antropologia, e apresentadas, respectivamente, à Unicamp e à USP.
- ⁵ Em entrevista com ele realizada, em 1983, Correia Leite, o mais antigo e considerado líder histórico de movimento negro em São Paulo, me relatava uma experiência em que ele e alguns amigos sentaram à mesa de um bar naquela cidade, causando extremo constrangimento para os garçons, que não tinham ordens de atendê-los, e nos fregueses, não acostumados a ver negros naquela posição.
- ⁶ Não quero dizer com isso que os jornais da chamada imprensa negra não deveriam trazer esse tipo de matéria, nem que as pessoas não pudessem se divertir em seus eventos, ou estar antenadas com o mundo glamouroso de Hollywood, como era comum acontecer nesse momento; o que quero chamar a atenção é para a (quase total) invisibilidade em relação à questão racial no Brasil, em Campinas mesmo, no veículo aqui focalizado. Aliás, se lembrarmos, em apoio ao que digo acima, certas matérias de outro jornal editado por negros, “Quilombo”, quase uma década atrás, que circulava no Rio de Janeiro, ainda que guardadas as devidas proporções, é essa mesma idéia que aparece, como, por exemplo, em entrevista dada ao mesmo, por uma atriz brasileira criada na África, ao dizer que o brasileiro é como um passarinho que tem tanta liberdade e não canta, numa clara referência à pretensa diferença entre Brasil e Estados Unidos em matéria de questões de raça (*Quilombo*, ano I, n. 2, maio de 1949, p. 11).

- 7 Abreviatura utilizada para o som de alta fidelidade (*high fidelity*) dos discos de vinil em formato *long-play* e dos aparelhos sonoros que os tocavam, as eletrolas ou vitrolas. Daí a festa ao som de “*hi-fi*”.
- 8 Os trechos reproduzidos do noticiário do jornal serão mantidos, aqui, com sua grafia original.
- 9 Devo essa informação, bem como outras que me foram muito esclarecedoras sobre o meio negro de Campinas, inclusive sobre a diferença atualizada entre negros e negros, ao meu colega e amigo Carlos Benedito Rodrigues da Silva, antropólogo, professor da UFMA, natural de Campinas e destacado militante negro, a quem agradeço.
- 10 Quero registrar que em Belém, nesses mesmos anos cinqüenta, que, como sabemos, costumam ser chamados de “anos dourados”, um dos bailes de maior repercussão e importância para a elite local era o que se realizava, ao final do mês de maio, para o “*debut*” social das meninas, sendo, entre elas, escolhida a “Rainha da Primavera”. O baile era (ainda é, embora não se escolha mais nele uma “rainha”) realizado pela Assembléia Paraense, que corresponde, para os “brancos” de Belém, ao que era o Elo Clube, para os negros de Campinas.
- 11 Veja-se aqui o pronto registro, com a eleição dessa “*Miss*”, do movimento (da chamada “bossa nova”) que mal havia aparecido e já tomava corpo, àquela altura, na capital federal, o vizinho estado do Rio de Janeiro.
- 12 Sobre esta personagem feminina, importante na história do movimento negro campineiro e paulista, consultar o trabalho de Elisabete Pinto (1994), cuja dissertação de mestrado também trata do mesmo tema (cf. Pinto, 1993).
- 13 Ibrahim Sued e Jacinto de Thormes formavam, nessa época, a dupla mais festejada de colunistas, a falar e promover o chamado “*grand monde*” do Rio e São Paulo. Cujo desempenho nos eventos sociais era traduzido como “acontecer”.
- 14 Chamo atenção aqui para o fato de que, assim como a elite negra de Campinas elegia rainhas e *misses* seguindo a cartilha dos brancos (como as da Primavera, por exemplo), também, e com mais expressão, escolhia e festejava as rainhas da beleza negra, muito emblematicamente chamadas “Pérola Negra” e “Jóia d’Ébano”. Quero lembrar que entre as pérolas produzidas pela natureza, a negra é tida como a mais rara e de maior valor, no mercado das jóias; e que o ébano, além de rara e conceituada madeira, é também, como se sabe, pela sua cor, identificada com os negros, ou a algo de que se quer ressaltar a intensidade da cor negra. Como rezava,

aliás (ironicamente), o texto da primeira versão que, ainda muito criança, li da história da “Branca de Neve”, para, justamente, enfatizar a cor particularmente escura de seus cabelos, ditos (no meu “livro de histórias”) “negros como o ébano”. Por sua vez, “Ebony” foi também o nome de prestigiosa revista literária da militância negra americana das primeiras décadas do XX.

- ¹⁵ É bom dizer que essa mesma ambigüidade povoava a imprensa negra dos anos 1930, quando, a par das “Domingueiras”, dos bailes das “Rosas Negras” e dos animados grupos carnavalescos, entre outros, também se pedia moderação e se pregava a ocupação diurna das “sedes” das entidades de movimento negro (como a Frente Negra Brasileira, por exemplo) com classes de alfabetização e aulas de datilografia, corte e costura (cf. Motta-Maués, 1995; 1997).
- ¹⁶ Como sabemos, essa é a lei votada e aprovada em 1951, mediante projeto do senador Afonso Arinos de Mello Franco, a qual já tramitava há bastante tempo e cuja aprovação, enfim, foi (ironicamente) motivada por episódio anterior análogo e mais sério, ainda, pois sua secretária já havia tido a reserva confirmada, da recusa de hospedagem à atriz americana Irene Duggs.
- ¹⁷ Apesar de me referir aqui à elite negra campinense, é bom lembrar ao leitor que, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, ela (a elite negra) tinha o mesmo perfil e o mesmo estilo de vida e pensamento – distante da massa negra e isolada (mesmo que nem sempre desejasse isso) do branco – conforme comentava Correia Leite, em relação a São Paulo, nas entrevistas que me concedeu, em 1983, falando desse “isolamento” com relação a profissionais liberais negros bem situados economicamente mas cuja vida social se restringia aos seus elegantes clubes, como o Renascença, no Rio, e Elite e Aristocrata, em São Paulo. Com relação a Campinas, mais particularmente, além das “pistas” dos dois estudos sobre essa cidade aqui referidos (Maciel, 1987; Barbosa, 1983), tenho o registro dessa situação através de relatos pessoais de negros que lá, não só “viram”, mas “viveram”, sentiram na pele, como se diz, a dura atualização de tal sistema.
- ¹⁸ Sobre isso, quero referir a menção feita, como sugestão de bibliografia, ainda que sem a referência, por um dos pareceristas deste artigo, a trabalho do antropólogo baiano Jeferson Bacelar, tratando da situação de Salvador. Trata-se, segundo posso presumir, de “A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador”, em que, com base em alentada pesquisa, histórica inclusive (de acordo com sua pretensão no estudo, diferentemente da minha), esse autor (como sempre, guardadas as devidas

proporções e especificidades) mostra e analisa, além da evidentemente mais crucial separação entre brancos e negros, um outro quadro de distinções e separações dos negros entre si que bem pode me servir de contraponto com o que encontrei para a Campinas dos anos 60 do século XX (cf. Bacelar, 2001). O que, sem deixarmos de lembrar sempre o estudo clássico de Thales de Azevedo (onde cunhou, como sabemos, a expressão “elites de cor”), ajuda, na verdade, a reforçar minha própria interpretação no presente trabalho.

Bibliografia

ANDREWS, George R.

1991 *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*, Madison, University of Wisconsin Press.

AZEVEDO, Thales

1955 *As elites de cor: um estudo de ascensão social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

BACELAR, Jeferson

2001 *A hierarquia das raças: Negros e Brancos em Salvador*, Rio de Janeiro, Pallas.

BARBOSA, Irene Maria F.

1983 *Socialização e relações raciais: um estudo de família negra em Campinas*, São Paulo, FFLCH/USP.

BASTIDE, Roger

1973 [1953] *Estudos afro-brasileiros*, São Paulo, Perspectiva.

FERNANDES, Florestan

1978 [1964, 1966] *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Ática, 2 vols.

FERRARA, Miriam Nicolau

1986 *A imprensa negra paulista (1915-1963)*, São Paulo, FFLCH/USP.

HANCHARD, Michael G.

1994 *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*, Princeton, Princeton University Press.

HASENBALG, Carlos A.

1979 *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal.

MACIEL, Cleber da Silva

1987 *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1891)*, Campinas, Ed. Unicamp.

MITCHELL, Michael

1977 *Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in São Paulo, Brazil*, PhD, University of Michigan.

MOREIRA, Renato J.

1956 “Branços em bailes de negros”, *Anhembi*, 71, vol. 27: 273-288.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica

1991 “Da branca senhora ao negro herói: a trajetória de um discurso racial”, *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 21: 119-130.

1995 “Adivinhe quem não veio ao congresso? Raça e cidadania na imprensa negra paulista”, in QUINTAS, Fátima (Org.), *O negro: identidade e cidadania*, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, vol. 2, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Fundação Ford.

1997 *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*, tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ.

PINTO, Elisabete Aparecida

1993 *Gênero, etnicidade e educação: a trajetória de Laudelina de Campos Mello*, Campinas, dissertação (Mestrado em Educação), Unicamp.

1994 “Emprego doméstico e espaço negro: considerações sobre a organização política da categoria a partir da história de vida de D. Laudelina de Campos Mello”, trabalho apresentado no IV Congresso Afro-Brasileiro, Recife, 17 a 20 de abril de 1994.

Jornais

Getulino, Campinas (1919-1924).

Hifen, o Traço da União da Elite, Campinas (década de 1960).

Quilombo, Rio de Janeiro (décadas de 1940 e 1950).

ABSTRACT: Campinas has a special place in the history of black movement in Brazil. It is pioneering in the black press: in the pages of the periodical *Getulino*, as early as the first decade of 20th century, it was published the outcry of the blacks against a society that excluded them. This was done at the same time through social and literary notes published by the newspaper. Nevertheless, it was also the city where the blacks were forbidden to enter in the cinemas. In Campinas, however, at the same time, it was constituted an “elite of color”, composed by black people. This article intends to present and to analyze a panel of the racial ideology and social life of this elite of color, which appears in the pages of the periodical *Hifen*, edited by and for blacks and sub entitled “The trace of union of the elite”.

KEY-WORDS: Black People, Elite, Color, Racism, Black Press.

Recebido em abril de 2009. Aceito em novembro de 2009.